

O Presidente põe

E a convenção do PMDB poderá

Sarney

ECONOMIA

recrudescimento em marcha

ser o divisor de águas necessário ao seu fortalecimento

MILANO LOPES
Da Editoria de Economia

A partir da estruturação de sua base parlamentar no Congresso, o que espera fazer até meados do próximo mês, logo após a convenção nacional do PMDB, que operará como uma espécie de divisor de águas entre o Palácio do Planalto e o partido majoritário, o presidente Sarney se sentirá com suficiente retaguarda para, afinal, praticar a "sua" política econômica, independente das restrições e limitações peemedebistas.

A principal mudança qualitativa que ocorrerá com o inevitável "racha" do PMDB e a estruturação do bloco de apoio ao Presidente, que poderá ter ou não como referencial o grupo Centro Democrático, acrescido do PFL e dos apoios amealhados no PDS e no PTB, é que o governo não mais praticará a política econômica do PMDB, mas do governo Sarney, o que pressupõe o acolhimento de sugestões dos partidos que integram o bloco governista, inclusive o PDS, e a consequente divisão de responsabilidade.

POSIÇÃO DE BRESSER

Dentro desse novo quadro que surgirá nas próximas três semanas, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, será automaticamente levado a fazer uma opção, que não precisa ser pública e ostensiva, entre ser ministro do PMDB, como se proclama, ou ministro do Presidente, como exigirá Sarney — exigência, aliás, que não se circunscreverá apenas ao ministro da Fazenda, mas a todos os integrantes da equipe ministerial.

Na visão do Palácio do Planalto, Sarney reproduzirá, desta feita para valer, a advertência feita à equipe ministerial, ao promover a reforma de fevereiro do ano passado: os ministros são do Presidente, a ele devem obediência e orientação. Na prática significa que não mais se repetirá o episódio que envolveu o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que um mês antes de deixar o Governo fez questão de salientar sua condição de ministro do PMDB, protegido pelo partido majoritário e aparentemente imune a demissões.

Foi essa postura, que desagradou especialmente o Presidente, que levou o Planalto a executar o plano de desestabilização do ministro, levando-o a pedir demissão. E precisamente isso que Sarney pretende evitar, ao caracterizar como exclusivamente seus, os ministros por ele nomeados, ainda que indicados pelos partidos. Quem se submeter a essa nova regra fica; quem resistir, sai.

POLÍTICA ECONÔMICA
Dispondo, nessas circunstân-

cias, de absoluta autonomia para agir, o Presidente estará em condições de promover o ajuste econômico que amigos economistas, ex-ministros de governos anteriores e empresários há tempo vêm lhe recomendando: uma postura ortodoxa, como única alternativa para corrigir as distorções potencializadas pelo Plano Cruzado, precisamente para proteger o PMDB que disputava eleições nacionais em todos os níveis, em novembro do ano passado.

O Presidente, naturalmente, continuará com seu discurso populista e desenvolvimentista, pregando — como afirmam os programas do PMDB e da Frente Liberal — uma ênfase aos investimentos sociais e uma preocupação permanente com o crescimento sustentado da economia. Contudo, para alcançar esse objetivo, um reajuste doloroso terá de ser feito, exigindo, ao menos temporariamente, o sacrifício de todos os atores do processo econômico.

É previsível, portanto, que o Presidente adote algumas medidas ortodoxas que vêm sendo reclamadas, como políticas fiscal e monetária apertadas, uma contenção nos reajustes salariais; incentivos cambiais importantes para ampliar as ex-

Líderes políticos, a serviço de Sarney, prometem arregimentar 300 votos fiéis na Câmara dos Deputados

portações e abrir caminho para negociações externas mais tranqüilas com os credores e até uma aproximação mais íntima com o Fundo Monetário Internacional, com a ressalva de que não será afetada a soberania nacional.

Se os líderes políticos, a serviço do Presidente, conseguirem reunir, como prometem, 300 votos fiéis na Câmara dos Deputados, Sarney terá o necessário respaldo para implementar esse programa, tendo de se preocupar apenas com a vocalização dos protestos da minoria mais ativa dos partidos de esquerda e os remanescentes peemedebistas que não quiserem acordo com o Palácio do Planalto.

PLANO CRUZADO

O objetivo final do Presidente, conforme confidenciam seus assessores mais íntimos, é entregar o governo em 15 de março de 1990 a um sucessor por ele feito, ou fortemente por ele influenciado. Para isso, é fundamental que por volta de janeiro de 1989, quando a campanha presidencial ganhar as ruas e for deflagrado o processo de es-

colha dos candidatos, Sarney esteja com a economia em ordem, o País crescendo sem inflação, ou com uma taxa inflacionária socialmente tolerável. Em suma: o prestígio do Presidente esteja em alta.

Para que isso ocorra, no entanto, é primordial não perder tempo e iniciar o mais cedo possível o inevitável ajuste, para que ele esteja completado e produzindo resultados dentro de 18 meses, o que é perfeitamente viável, na visão dos economistas que têm sido freqüentemente consultados pelo Presidente.

Sarney — garantem os que com ele têm dialogado ultimamente — ainda não esqueceu o Plano Cruzado nem as conversas mantidas, meses atrás, com dois dos seus principais arquitetos, os professores André Lara Rezende e Pêrsio Arida. Ainda na semana passada, ao gravar seu pronunciamento na televisão, no qual anunciou a disposição de ficar no poder cinco anos, Sarney fez uma referência ao Plano Cruzado, retirada do texto por sugestão do ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

A tendência primeira do Presidente, portanto, é tentar a tão sonhada estabilidade financeira, e depois estabilidade econômica, através da repetição do Plano Cruzado, escolmoado das imperfeições e distorções da primeira tentativa. Os interlocutores do Presidente, inclusive governadores, como o do Paraná, Alvaro Dias, garantem que o plano já está em marcha e que, uma vez realinhados os preços, os salários e o câmbio, será deflagrado novo choque heterodoxo, inclusive congelando-se os preços, embora de forma diversa da tentativa de fevereiro do ano passado.

As diferenças são basicamente três: primeiro, o congelamento se dará com preços, salários e câmbio alinhados; segundo, o congelamento será rigorosamente temporário, anunciando-se previamente o período de sua vigência; terceiro, o congelamento não abrangerá, indistintamente, todos os preços, e admitirá a convivência com uma taxa administrável de inflação.

O mais importante — e o mais difícil para o Presidente — são as medidas complementares, de conteúdo ortodoxo, destinadas a ajustar o monitoramento do novo plano de estabilização monetária. São políticas restritivas nas áreas monetárias, fiscal e salarial, que certamente desagradarão o PMDB mais à esquerda e os pequenos partidos esquerdistas, mas a esta altura todos constituirão uma minoria, com alto poder vocalizador mas ineficaz nas votações no Congresso.